

O inglês como língua académica na Faculdade de Letras de Lisboa: um projecto de investigação

Rita Queiroz de Barros*

Estando o nome do Professor Doutor João de Almeida Flor para sempre ligado ao desenvolvimento dos estudos anglísticos na Faculdade de Letras de Lisboa, parece pertinente apresentar, num volume organizado em sua homenagem, um projecto de investigação sobre os usos e a imagem do inglês, como língua académica, nessa mesma instituição. Ali o inglês é hoje objecto de estudo — *per se* e enquanto matéria substantiva das mais diversas realidades culturais —, mas também, e cada vez mais, uma língua veicular usada para aquisição e transmissão de conhecimentos.

Este é, naturalmente, apenas mais um sinal da anglicização do mundo académico, comunidade discursiva em que a internacionalização da língua inglesa tem progredido de forma particularmente rápida, desde que foi sugerida, em 1967, por Eugene Garfield em artigo intitulado “English — an International Language for Science?”. De facto, a língua inglesa é hoje, indiscutivelmente, a língua das conferências e dos congressos internacionais; é o sistema linguístico mais frequentemente usado nas publicações científicas em todo o globo (Tardy 2004: 227); e é um idioma que conquista terreno como língua veicular do ensino superior em todo o globo (Ammon and McConnell 2002; Coleman 2006). Assim sendo, aquela que se apresentava ainda recentemente como (um)a língua franca da academia, um código comum pontualmente adoptado em contextos multilingues, parece estar a converter-se na própria língua da ciência e do ensino superior, dessa forma alterando o perfil linguístico das comunidades científicas dispersas pelo globo e transformando identidades linguísticas que, pelo menos na Europa ocidental, pareciam razoavelmente estabilizadas. A imagem do inglês como um dinossauro que devora sofregamente as outras línguas do meio académico, adiantada por John Swales em 1997, afigura-se cada vez mais pertinente.

Por isso, aliás, não são inéditas as questões implicadas no projecto de trabalho que agora se apresenta. São vários os estudos publicados sobre o uso do inglês como língua da ciência e do ensino superior em territórios tradicionalmente não anglófonos, designadamente no continente europeu, como é o caso, por exemplo, de Ammon e McConnell 2002, Coleman 2006, em parte Mollin 2006, Ljosland 2007, Duszak and Lewkowic 2008, Polo e Varela 2009 e ainda de projectos mais vastos como *Professional Academic Writing in a Global Context*, desenvolvido por Lillis e Curry e, sobretudo, *English as a Lingua Franca in Academic Settings*, liderado por

* CEAUL / Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Anna Mauranen. A própria situação portuguesa também já foi examinada por alguns autores como seja Mollin 2006 (que considera a União Europeia) e o projecto citado de Lillis e Curry (que examina a Eslováquia, Espanha, a Hungria e Portugal), e ainda num estudo contrastivo acerca da escrita académica em inglês e português intitulado *English Academic Discourse: Its Hegemonic Status and Implications for Translation*, de Karen Bennett (tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa em 2009).

Ainda assim, mantêm-se lacunas por preencher na descrição da situação contemporânea, lacunas estas que parecem justificar um estudo de caso sobre o uso e a imagem do inglês como língua de trabalho numa instituição de ensino superior em Portugal.

Em primeiro lugar, este será um levantamento de informação em falta no quadro mais geral da anglicização do espaço universitário europeu. Com efeito, o entendimento da difusão do inglês nos círculos académicos deste continente baseia-se não só mas prioritariamente em estudos desenvolvidos sobre a Europa central e do norte, designadamente França, Alemanha, Holanda e países escandinavos, territórios estes com circunstâncias muito diferentes das de um país periférico como Portugal, em que o conhecimento do inglês está longe de ser um dado adquirido, e que, não obstante a sua marginalidade, dispõe de uma outra língua internacional.¹ De facto, o estudo de Polo e Varela referido mais atrás, em que os autores expõem os resultados de investigação desenvolvida sobre a Universidade de Santiago de Compostela, é uma excepção. E esta excepção tem a importância acrescida de sugerir a necessidade de investigação adicional na Europa mediterrânica, pois verifica que o papel desempenhado pelo inglês tem menor relevo na universidade espanhola estudada do que noutros contextos europeus, sendo ali favorecidas, pelo contrário, as línguas locais (2009: 1).

Para além disso, o desenvolvimento de um estudo de caso sobre uma instituição universitária portuguesa é uma oportunidade para considerar, mais uma vez, as implicações da difusão do inglês no contexto da investigação e do ensino superior, cuja apreciação está longe de ser consensual. De facto, ainda que uma sociedade globalizada possa requerer uma língua global, e se possa defender que o repertório linguístico de qualquer falante possa incluir, sem que se anulem mutuamente, língua(s) de comunicação e língua(s) de identidade (House 2003), não é possível ignorar que a expansão do inglês no meio académico levanta alguns problemas. Para além de remeter os falantes não nativos dessa língua a uma situação de desvantagem (Gibbs 1995, Flowerdew 2008) e de poder traduzir-se num empobrecimento da

¹ A inexistência de um conhecimento generalizado do inglês em Portugal é uma realidade comprovada pelo nível dos alunos da Universidade de Lisboa que se propõem frequentar a disciplina de Inglês na Faculdade de Letras: não obstante ser essa a língua estrangeira dominante no ensino básico e secundário desde a década de 80 em Portugal, no ano lectivo de 2010/2011 inscreveram-se 44 alunos em Inglês Iniciação (nível A1 do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*) e 140 em Inglês Elementar (nível A2).

ciência e da construção do saber (Canagarajah 1996, Alexander 2009), essa anglicização tem certamente repercussões a médio prazo ao nível do prestígio das outras línguas. Essa é a conclusão necessária de uma releitura de Joseph, que, em *Eloquence and Power. The Rise of Language Standards and Standard Languages*, insiste no facto de a ciência e a tecnologia serem domínios chave das variedades linguísticas padrão e é explícito quanto ao valor simbólico do uso de uma língua como veículo de instrução em contexto universitário (1998: 79, 80). Parece inequívoco, portanto, que nem o pragmatismo exigido por uma academia cada vez mais multilingue dispensa uma reflexão séria em torno das consequências do uso, nesse contexto, de uma língua estrangeira.

Esta não é, naturalmente, uma preocupação nova e há duas referências que a exprimem de forma particularmente evidente. A primeira é Coleman 2006, artigo em que o autor, de língua inglesa, depois de dar múltiplos exemplos que atestam o facto de o inglês se estar a tornar a língua do ensino universitário na Europa afirma: “On a broad level, the Englishization of European Higher Education represents an extension of the global threat to minority languages” (2006: 10). Já em estudo sobre a realidade norueguesa publicado em 2007 por Ljosland, a autora verifica que a academia local revela sinais de diglossia — entendida, seguindo Ferguson (1959) e Fishman (1967), como uma comunidade linguística em que existe uma língua alta (neste caso o inglês) e uma língua baixa (o norueguês) — e conclui que tal diglossia poderá alastrar a outros contextos funcionais: “A diglossic state in academia may ... be a first step towards developing diglossia in other areas of society in the future” (2007: 408).

Um estudo de caso sobre o recurso ao inglês, como língua de trabalho, numa instituição de ensino superior em Portugal é, portanto, uma ocasião para atentar, mais uma vez, nas atitudes sobre o uso da língua inglesa em contexto académico — e por atitude entenda-se, com Ajzen (1988: 4), a disposição para reagir favorável ou desfavoravelmente a tal utilização do inglês. Não é plausível, naturalmente, que venham a surgir atitudes diferentes das que são reportadas na bibliografia, uma vez que estas já oscilam entre a aceitação entusiástica e o desacordo veemente, geralmente despoletados por argumentos sumariamente referidos no parágrafo anterior. Aceitação conclui-se, por exemplo, do trabalho desenvolvido por Bennett — a maior parte dos seus informantes encontram mais vantagens do que inconvenientes no uso do inglês por parte de investigadores portugueses (2009b: 7); relutância foi relatada, por exemplo, por Alexander (2009), que refere alguns casos extremos oriundos das áreas ditas científicas, como o de um bioquímico alemão, Mocikat, que terá mesmo chegado a publicar, com outros cientistas da mesma nacionalidade, o que referem como as sete teses para a manutenção do alemão como língua científica no seu país.² O projecto em apresentação pretende por isso apenas avaliar o seu peso

² Este texto pode ser consultado em <http://www.7thesenwissenschaftssprache.de/> (consultado em 10 de Julho de 2010)

relativo no universo tratado (Faculdade de Letras de Lisboa), informação que parece importante porque as atitudes podem moldar a história de uma língua, não só como elementos que despoletam mudanças linguísticas, mas também como factores determinantes na recuperação, preservação, decadência ou morte de um sistema linguístico (Baker, 1992: 9).

O inglês é, aliás, um testemunho dessa realidade — a sua recuperação como língua de prestígio na Inglaterra de finais da Idade Média resulta de atitudes negativas sobre as outras línguas em presença naquela comunidade linguística, designadamente o francês e o latim. Dessa animosidade dão conta os dois testemunhos que se seguem. O primeiro data de finais do século XIV e consta de um romance medieval conhecido como *Arthour and Merlin*:

Of Freynsch no Latin nil y tel more
Ac on J[n]glisch ichil tel þerfore
Ri t is þat J[n]glische vnderstond
Þat was born in Jnglond.³

O segundo testemunho data de 1544 e foi escrito por um cientista, o médico Thomas Phaer, autor do primeiro livro de pediatria escrito por um inglês e que figura entre os primeiros livros de medicina escritos nesta língua. Nesta obra, *The Boke of Chydren*, Phaer insurge-se contra o uso do latim nos textos científicos nos seguintes termos:

If they [who write in Latin] know better, let us have parte; (...) why dissimule they theyr connyng? how longe wold they have the people ignoraunt? why grutche they phisik to come forth in Englysshe? wolde they have no man to knowe but onely they? (...) No good phisicion is of that mynde. For yf Galene the prynce of thys arte beinge a Grecian, wrote in the Greke, Kyng Avicenne of Arabic in the speche of hys Arabyans; yf Plinius, Celsus, Serenus, and other of the Latynes wrote to the people in the Latyne tonge, Marsius Ficus (whome all men assente to be singularly learned) disdayned not to wryte in the language of Italy.⁴

³ Não falarei mais do francês nem do latim / Mas o inglês vou por isso usar / Certo é que se perceba o inglês/ Que nasceu em Inglaterra.

Este excerto (linhas 19 a 23) é citado segundo a edição de Burnley e Wiggins do manuscrito *Auchinleck*, disponível em linha.

⁴ Se eles [que escrevem em Latim] sabem melhor, deixem-nos aprender; (...) porque dissimulam o seu conhecimento? por quanto tempo querem manter as pessoas ignorantes? porque levam a mal que a ciência apareça em inglês? não querem que ninguém saiba para além deles próprios? (...) Nenhum bom médico será dessa opinião. Se Galeno, o príncipe desta arte, sendo grego, escreveu em grego; o rei Avicena da Arábia na língua dos seus árabes; se Plínio, Celso, Sereno e outros dos latinos escreverem para o povo em língua latina; Marsílio Ficino (que todos concordam ser excepcionalmente culto) não evitou escrever na língua de Itália.

Como é evidente, a situação sociolinguística da Inglaterra pós-medieval é demasiado diferente da que caracteriza a Europa contemporânea para que sejam legítimas comparações directas. No entanto, esta lição da história do inglês recorda-nos que as atitudes são importantes no percurso histórico das línguas humanas, sugerindo que, apesar do seu crescimento aparentemente inexorável, o destino do inglês como língua da academia pode estar dependente dos juízos que sobre ele emitem os seus falantes não nativos espalhados pelo globo, hoje em número superior ao dos utilizadores do inglês como língua mãe, segundo todas as estatísticas.

Para além dos objectivos mais gerais que foram referidos nos parágrafos anteriores, há ainda motivos de interesse local para desenvolver um estudo de caso sobre o uso de inglês como língua de trabalho numa instituição de ensino superior em Portugal.

Note-se, em primeiro lugar, que as informações disponíveis sobre a situação portuguesa são, nesta perspectiva, escassas. Para além de um estudo que considera o uso do inglês por um grupo de psicólogos, da autoria de Lillis e Curry (2006), o uso e a imagem do inglês como língua académica em Portugal parece só ter sido directamente abordado em Mollin 2006 e Bennett 2009, em que é apenas um resultado secundário — o objectivo do primeiro destes trabalhos era uma avaliação do estatuto do chamado “Euro-English” e o propósito da dissertação de Bennett era identificar e entender diferenças retóricas existentes no discurso académico em inglês e em português.

Para além disso, nem os usos nem o peso relativo das atitudes sobre o inglês como língua da ciência e do ensino superior no nosso país são inteiramente previsíveis. O inglês parece ganhar terreno todos os dias, certamente porque essa é uma forma de integração dos portugueses e de Portugal na comunidade científica internacional, a qual é objectivo de cada investigador e preocupação dominante da política científica nacional nos últimos anos. Assistiu-se, por exemplo, à imposição do inglês em certos contextos — basta recordar que os relatórios apresentados pelos centros de investigação das universidades portuguesas à Fundação da Ciência e Tecnologia, e de que dependem a sua avaliação e financiamento, devem ser escritos e discutidos em inglês. Por outro lado, contudo, também há uma clara resistência ao abandono do português como língua do ensino e da investigação, reacção aliás expectável num país praticamente monolíngue nos oito séculos da sua existência,⁵ que assume como tarefa fundamental do Estado a valorização permanente, a defesa do uso e a difusão internacional da língua portuguesa (cf. Art. 9º, f) da Constituição da República Portuguesa) e em que são evidentes efeitos secundários preocupantes da anglicização do mundo académico, como seja a dependência do financiamento público da capacidade de reportar e mesmo publicar em inglês, independentemente

⁵ Excluindo as línguas das comunidades imigrantes que só recentemente começam a assumir proporções mais importantes, a única alternativa ao português sempre foi o mirandês, de relevância meramente local.

da área científica cultivada, ou a falência, frequente, de editoras de textos científicos em português. Sintomática desta resistência é, por exemplo, a instauração recente de um prémio anual para a melhor tradução de texto científico ou técnico pela União Latina e própria Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Por último, haverá que notar que a definição de uma política linguística é uma questão que a maior parte das instituições do ensino superior terão de equacionar em breve, não só porque a internacionalização é um dos seus objectivos, explicitamente assumido, por exemplo, pela Universidade de Lisboa, mas também porque o multilinguismo é um desafio que muitos professores já enfrentam no quotidiano das suas aulas, onde se sentam alunos estrangeiros cada vez mais frequentemente.

Explicada a motivação para enveredar num estudo de caso sobre usos e imagem do inglês como língua académica numa instituição universitária em Portugal, é chegado o momento de apresentar esse projecto de investigação.

Objecto deste estudo será o corpo docente da Faculdade de Letras de Lisboa, doravante referida como FLUL, que corresponde a um universo com cerca de 200 professores, integrados em oito departamentos que cobrem áreas diversas das Artes e Humanidades. Este último é um dado a reter, uma vez que, de acordo com diversos estudos (Ljosland 2007: 396, Duszjak e Lewkowicz 2008: 113 e Bennett 2009b: 2, 9), os investigadores que se enquadram nesse sector do conhecimento reagem tendencialmente de forma menos favorável à adopção do inglês como língua académica. Note-se ainda que a maior parte dos professores da FLUL está habituada a lidar com alunos estrangeiros que falam outras línguas: no ano de 2009/2010 a FLUL participou em mais de 200 programas de mobilidade, estabelecidos com 174 universidades estrangeiras (sobretudo europeias), e acolheu, nesse mesmo ano, mais de 180 estudantes estrangeiros.

Quanto à metodologia de recolha de informações, o questionário parece ser o método mais adequado. Foi por isso já organizada uma lista de vinte e cinco perguntas que pretendem levantar informações relativas aos seguintes tópicos:

(i) Perfil do informante (dados com possível impacto no(s) uso(s) e imagem do inglês com língua de trabalho, designadamente departamento, área de especialização, grau académico, data de nascimento, língua materna e autoavaliação de conhecimentos de inglês).

(ii) Uso do inglês na investigação nos últimos cinco anos (publicações, participação em congressos científicos, bibliografia utilizada e contacto com colegas estrangeiros).

(iii) Uso do inglês no ensino nos últimos cinco anos (o inglês como língua de ensino e sua presença nas obras incluídas na bibliografia das unidades curriculares leccionadas).

(iv) Atitudes sobre o inglês como língua académica.

No sentido de apurar a transparência das perguntas e a eficácia do questionário elaborado, ele foi testado junto de seis informantes, cujas respostas permitiram limar algumas arestas e apresentar já resultados piloto.

Essa pequena amostra é constituída por seis docentes doutorados, com idades compreendidas entre os 36 e os 50 anos, quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino e provenientes, em partes iguais, de três departamentos: Estudos Anglísticos (Informantes 1 e 2), Linguística Geral e Românica (Informantes 3 e 4) e Literatura Românica (Informantes 5 e 6). São todos falantes nativos de português e o seu domínio do inglês oscila, de acordo com a autoavaliação pedida, entre suficiente e muito bom.

Quanto às informações recolhidas a propósito do uso da língua inglesa na investigação nos últimos cinco anos, elas trouxeram alguns dados interessantes. Considerando, em primeiro lugar, o uso do inglês nas publicações dos informantes consultados, verifica-se antes de mais que nos últimos cinco anos dois deles, que correspondem a um terço da amostra, não apresentam qualquer publicação em inglês, ainda que tenham vários trabalhos deste tipo no seu currículo. Essa informação torna-se evidente na tabela que se segue, em que se apresenta a frequência relativa das publicações nas várias línguas referidas pelos informantes, a propósito de cada um e de toda a amostra:

	Inglês	Português	Francês	Espanhol
Informante 1	41%	59%	0	0
Informante 2	8%	92%	0	0
Informante 3	60%	40%	0	0
Informante 4	0	40%	60%	0
Informante 5	20%	67%	0	13%
Informante 6	0	100%	0	0
Total	23%	69%	5%	3%

Quadro 1 – Línguas usadas para publicação

Os dados apresentados revelam, para além disso, que o inglês não é a língua de publicação preponderante: só 23% dos textos referidos é apresentado nesta língua, não sendo ela dominante sequer entre os docentes do Departamento de Estudos Anglísticos (Informantes 1 e 2). Mais importante é, sem dúvida, o português, usado em 69% das publicações do grupo estudado. Será contudo de sublinhar que nas catorze publicações em inglês referidas pelo grupo se encontra uma tese de doutoramento apresentada à própria Faculdade de Letras de Lisboa e um artigo publicado numa revista científica portuguesa. Estes são, certamente, dados a reter, assim como a reduzida relevância de outras línguas estrangeiras ao nível da publicação.

A situação não é muito diversa no que diz respeito à apresentação de comunicações em encontros científicos. Veja-se a tabela a seguir, que resume a frequência

relativa de comunicações apresentadas nas várias línguas referidas pelos informantes, de novo consierando cada um e toda a amostra:

	Inglês	Português	Francês	Espanhol
Informante 1	55%	45%	0	0
Informante 2	10%	90%	0	0
Informante 3	58%	25%	17%	0
Informante 4	0	40%	60%	0
Informante 5	30%	40%	0	30%
Informante 6	0	100%	0	0
Total	38%	46%	11%	5%

Quadro 2 – Línguas usadas para apresentação de comunicações

Como se pode verificar, neste contexto o recurso ao inglês é mais elevado — 38% vs 23%. Mas não é, de novo, a língua mais frequentemente utilizada. O português revela-se mais uma vez a língua dominante, sendo usado em 46% das comunicações apresentadas pela pequena amostra considerada.

Não sendo a anglicização da produção científica, portanto, uma realidade, há que sublinhar, contudo, que, com uma única exceção, os inquiridos confirmaram preferir o inglês para comunicar com colegas estrangeiros, também nas discussões que se estabelecem em congressos internacionais, e metade deles afirmou que a bibliografia que usa é prioritariamente escrita em inglês.

A informação recolhida sobre o recurso ao inglês como língua de ensino é resumida na tabela a seguir, em que se recuperam as questões levantadas junto dos informantes e as respostas obtidas:

Já ensinou em inglês na FLUL?	Sim: 17% (um só docente, esporadicamente, a alunos Erasmus)
	Não: 83%
Já ensinou noutra língua estrangeira na FLUL?	Sim: 33% (francês e espanhol)
	Não: 67%
Se tivesse de substituir o português como língua de ensino, por que outra optaria?	Inglês: 100%
	(Também) Outras: 50% (espanhol, francês e italiano)

Quadro 3 – O inglês como língua de ensino: informações recolhidas

Os dados apresentados sugerem que o inglês não é mais do que esporadicamente utilizado como língua de ensino na FLUL, até menos, aparentemente, do que outras línguas estrangeiras como o francês e o espanhol. Note-se, contudo, que é a escolha imediata de todos os informantes quando se levanta a possibilidade de alteração de hábitos instituídos neste plano.

A situação é muito diferente no que diz respeito à língua da bibliografia recomendada aos alunos. De facto, e ainda que um dos informantes classifique como “insignificante” a presença de elementos bibliográficos escritos em inglês (facto que deve também ser sublinhado), metade do grupo consultado considera as referências em língua inglesa “preponderantes e insubstituíveis”. Neste plano parece, portanto, que o dinossauro de Swales já devorou as outras línguas da academia, até porque são também nessa língua a maior parte das referências consultadas pelos próprios docentes.

Não obstante o número diminuto de questionários analisados, os dados até agora referidos sobre o(s) uso(s) do inglês na FLUL sugerem que esta língua é:

- (i) predominante na bibliografia usada para investigação e recomendada aos alunos;
- (ii) uma língua activa, mas não preponderante, no contexto da investigação;
- (iii) negligenciável como língua de ensino.

Há, portanto, um uso alargado do inglês como língua passiva, mas apenas um recurso moderado a esse idioma como língua activa, sobretudo no plano do ensino.

No que diz respeito às atitudes emitidas sobre a presença do inglês como língua académica na FLUL, a informação obtida é resumida no último quadro que se apresenta. Nele são reproduzidas quatro afirmações apresentadas aos informantes e quantificadas as reacções de (des)acordo que os mesmos manifestaram:

	Concordam	Discordam
A generalização do inglês nas publicações científicas é desejável.	33%	67%
É sempre preferível publicar em inglês do que em português.	17%	83%
A generalização do inglês como língua de ensino universitário é desejável.	17%	83%
A generalização do inglês no meio científico e universitário é desprestigante e uma ameaça para o português enquanto língua de cultura.	50%	50%

Quadro 4 – Atitudes sobre o inglês como língua de trabalho: informações recolhidas

Não havendo unanimidade a propósito de qualquer das afirmações adiantadas, pode concluir-se que a tendência é para uma avaliação negativa do uso do inglês

como língua da investigação e do ensino superior. No entanto, apenas metade dos informantes entendem a generalização do inglês no meio científico e universitário como desprestigiante e uma ameaça para o português enquanto língua de cultura, o que poderá tornar a FLUL terreno receptivo a uma anglicização crescente.

Os dados recolhidos no estudo piloto reportado revelam, assim, tendências antagónicas: por um lado, a manutenção do inglês como mera língua franca na FLUL, facto que reforça a convicção dos que entendem que a globalização do inglês tem sido exagerada (Barbour 2002: 15); por outro, a centralidade da bibliografia escrita em inglês e uma oposição apenas moderada ao recurso a esta língua entre os investigadores portugueses. Confirmando assim dúvidas que já haviam sido levantadas a propósito da realidade portuguesa, a análise da amostra considerada vem reiterar a pertinência do projecto de trabalho apresentado e a que se espera dar continuidade em breve.

Bibliografia

- Ajzen, I., and M. Fishbein (1980). *Understanding Attitudes and Predicting Social Behaviour*. Milton Keynes: Open University Press.
- Alexander, Richard (2009). "On the Effects of Global Languages of Science on Local Practices of 'Doing Science.'" Comunicação apresentada no Encontro Internacional da *Societas Linguistica Europaea*, 9-12 Setembro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Ammon, Ulrich and Grant McConnell, ed(s). (2002). *English as an Academic Language in Europe. A Survey of its Use in Teaching*. Frankfurt: Peter Lang.
- Ammon, Ulrich (2001). "English as a Future Language of Teaching at German Universities? A Question of Difficult Consequences Posed by the Decline of German as a Language of Science." *The Dominance of English as a Language of Science. Effects on other Languages and Language Communities*. Ed. Ulrich Ammon. Berlin: Walter de Gruyter. 343-62.
- Baker, Colin (1992). *Attitudes and Language*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Barbour, Stephen (2002). "Language, Nationalism and Globalism: Educational Consequences and Changing Patterns of Language Use". *Beyond Boundaries. Language and Identity in Contemporary Europe*. Ed. Paul Gubbins e Mike Holt. Clevedon: Multilingual Matters. 11-18.
- Bennett, Karen (2009a). *English Academic Discourse: Its Hegemonic Status and Implications for Translation*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- _____. (2009b). "Survey of Portuguese Researchers". Web. 30 de Julho de 2010.
- Bowers, Rick (1999). *Thomas Phaer and The boke of chyldren (1544)*. Tempe, Arizona: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies. Web. 30 Julho 2010. /www.archive.org/stream/thomasphaerbokeo00boweuoft/thomasphaerbokeo00 boweuoft_djvu.txt).
- Burnley, David e Alice Wiggins, ed(s). (2003). *The Auchinleck Manuscript*. Web. 30 de Julho de 2010 (<http://www.nls.uk/auchinleck/mss/arthur.html>)

- Canagarajah, A. S. (1996). "‘Nondiscursive’ Requirements in Academic Publishing, Material Resources of Periphery Scholars, and the Politics of Knowledge Production." *Written Communication* 13: 435-72.
- Coleman, James A. (2006). "English-medium Teaching in European Higher Education." *Language Teaching*, 39: 1-14.
- Duszak, Anna e Jo Lewkowicz (2008). "Publishing Academic Texts in English: A Polish Perspective." *Journal of English for Academic Purposes*, 7: 108-20.
- Ferguson, Charles (1959). "Diglossia." *Word*, 15: 325-40.
- Fishman, Joshua (1967). "Bilingualism with and without Diglossia; Diglossia with and without Bilingualism." *Journal of Social Issues*, 32, 2: 29-38.
- Flowerdew, John (2008). "Scholarly Writers who use English as an Additional Language: What can Goffman’s ‘Stigma’ Tell us?". *Journal of English for Academic Purposes* 7: 77-86.
- Garfield, Eugene. "English – an International Language for Science?" *Essays of an Information Scientist*. Web. 10 de Julho de 2010 (<http://www.garfield.library.upenn.edu/essays/V1p019y1962-73.pdf>)
- Gibbs, W. W. (1995). "Trends in Scientific Communication: Lost Science in the Third World". *Scientific American*: 76-83.
- House, Juliane (2003). "English as a Lingua Franca: A Threat to Multilingualism?". *Journal of Sociolinguistics*, 7, 4: 556-78
- Joseph, John Earl (1987). *Eloquence and Power. The Rise of Language Standards and Standard Languages*. London: Frances Pinter.
- Lillis, Theresa e Mary Curry (2006). "Professional Academic Writing by Multilingual Scholars. Interactions with Literacy Brokers in the Production of English-Medium Texts." *Written Communication*, 23, 1. 3-35.
- Ljosland, Ragnhild (2007). "English in Norwegian Academia: a Step towards Diglossia?" *World Englishes* 26, 4: 395-410.
- Mollin, Sandra (2006). *Euro-English. Assessing Variety Status*. Tübingen: Gunter Narr.
- Polo, Francisco Javier Fernández e Mario Cal Varela. "English for Research Purposes at the University of Santiago de Compostela: a Survey." *Journal of English for Academic Purposes*, doi:10.1016/j.jeap.2009.05.003.
- Swales, John M. (1997). "English as a Tyrannosaurus Rex." *World Englishes*, 16: 373-82.
- Tardy, Charles (2004). "The Role of English in Scientific Communication: Lingua Franca or Tyrannosaurus Rex?" *Journal of English for Academic Purposes* 3: 247-69.